

RODRIGO TRINDADE

CESAR PRITSCH

DIREITO EMERGENCIAL

DO TRABALHO

Análise completa, artigo por artigo, dos mais importantes normativos trabalhistas da pandemia



THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Vaiério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfoury

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfoury

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURÍCIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiário de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pritsch, Cesar Zucatti

Direito Emergencial do Trabalho : Análise completa, artigo por artigo, dos mais importantes normativos trabalhistas da pandemia / Cesar Zucatti Pritsch, Rodrigo Trindade de Souza. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-424-5

1. Benefícios previdenciários _ Brasil 2. Contrato de trabalho - Brasil 3. Coronavírus (Covid-19) - Aspectos jurídicos 4. Coronavírus (Covid-19) - Pandemia 5. Direito do trabalho I. Souza, Rodrigo Trindade de. II. Título.

20-48748

CDU-34:331(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito do trabalho 34:331(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária _ CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
INTRODUÇÃO.....	19
1. O significado do direito do trabalho emergencial.....	19
2. Direito intertemporal.....	21
3. Por que caducar?.....	23
4. Direito intertemporal.....	24

I

MEDIDA PROVISÓRIA 927

CAPÍTULO I – DAS ALTERNATIVAS TRABALHISTAS PARA ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA E DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19).....	35
Art. 1º.....	35
1. Escopo e interpretação teleológica: preservação da renda e da sobrevivência digna.....	35
2. Caráter optativo das alternativas de enfrentamento da crise.....	37
3. Limites postos para aplicação das medidas.....	37
4. Força maior e <i>factum principis</i>	40
4.1. Força maior trabalhista.....	41
4.2. Força maior especial – Extinção de empresa ou estabelecimento.....	42
4.3. Saque da multa do FGTS quando da extinção do estabelecimento por força maior – Entraves.....	45
4.4. Força maior, calamidade pública e o saque emergencial do FGTS.....	46
4.5. Fato do príncipe e dispensas ligadas à pandemia da COVID-19.....	47
4.6. Efeitos da caducidade da MP 927.....	49
Art. 2º.....	49
5. Acordo individual preponderante sobre leis e normas coletivas.....	50
5.1. Compatibilizações normativas.....	50
5.2. Constitucionalidade e outros limites a um uso abusivo dos acordos individuais.....	53
Art. 3º.....	60
6. Medidas para o enfrentamento dos efeitos econômicos.....	60
6.1. Instrumentos restritos.....	61
6.2. Revogação do art. 18.....	62

CAPÍTULO II – DO TELETRABALHO	63
Art. 4º	63
Art. 5º	64
7. Teletrabalho, trabalho remoto, trabalho em domicílio e trabalho externo	64
8. Não discriminação em relação ao trabalho presencial	67
9. Destinatários da norma	67
9.1. O teletrabalho como direito dos empregados – Gestantes.....	68
10. Local de prestação laboral	70
11. Unilateralidade para alterar entre regime presencial e teletrabalho	71
12. Permissão para formalização <i>a posteriori</i> na migração e retorno do trabalho a distância	73
13. Condições materiais de migração ao teletrabalho – Preservação da residência, das atribuições e da vida familiar	74
14. Responsabilidade por custos de equipamento e estrutura	76
15. Jornada de trabalho	80
CAPÍTULO III – DA ANTECIPAÇÃO DE FÉRIAS INDIVIDUAIS	84
Art. 6º.....	84
16. Objetivo, razoabilidade e constitucionalidade	84
17. Prazos, limites e fracionamento	86
17.1. Período aquisitivo completo	89
17.2. Período aquisitivo vincendo	89
17.3. Período aquisitivo futuro	90
17.4. Limitações de fruções de férias em casa	91
18. Efeitos rescisórios	93
19. Trabalhadores pertencentes a grupos de risco	93
Art. 7º	95
20. Cancelamento de férias e licenças de profissionais da saúde e de serviços essenciais	95
Art. 8º	97
Art. 9º	97
21. Pagamento de férias e abono	97
Art. 10	98
22. Dispensa do empregado antes do pagamento	99
CAPÍTULO IV – DA CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVA	99
Art. 11	99
Art. 12	100
23. Instrumento e poder decisório	100
24. Fracionamento	101
25. Prazo de pagamento	102
CAPÍTULO V – DO APROVEITAMENTO E DA ANTECIPAÇÃO DE FERIADOS	102
Art. 13	102
26. Aproveitamento e antecipação de feriados	103
26.1. Direcionamento de feriados para compensação de saldo em banco de horas.....	104
26.2. Feriados religiosos.....	105
26.3. Efeitos rescisórios.....	105

CAPÍTULO VI – DO BANCO DE HORAS	106
Art. 14.....	106
27. Justificação e sistemática	106
28. Instrumento autorizador	107
29. Compensação	108
30. Direito intertemporal	109
CAPÍTULO VII – DA SUSPENSÃO DE EXIGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	110
Art. 15.....	110
31. Escopo das suspensões temporárias	111
32. Constitucionalidade da suspensão de exames	112
33. Avaliação por médico coordenador	115
34. Dispensa de exame demissional	115
35. Permanência de responsabilidades gerais e especiais – Deveres compartilhados de preservação da saúde	116
36. Direito de resistência – Greve ambiental	117
Art. 16.....	119
37. Suspensão de treinamentos em segurança no trabalho	119
Art. 17.....	120
38. Prorrogação de mandado de membros da CIPA	121
38.1. Razões do dispositivo.....	121
38.2. Encerramento do mandato durante o período de vigência da MP 927.....	121
38.3. Processos eleitorais em curso.....	122
CAPÍTULO VIII – DO DIRECIONAMENTO DO TRABALHADOR PARA QUALIFICAÇÃO	122
Art. 18.....	122
CAPÍTULO IX – DO DIFERIMENTO DO RECOLHIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	125
Art. 19.....	125
Art. 20.....	125
39. Escopo do diferimento	126
39.1. Instrumento.....	126
39.2. Período.....	127
40. Conteúdo da obrigação	128
41. Parcelamento	128
42. Prestação de informações	128
Art. 21.....	129
Art. 22.....	129
43. Rescisão contratual antes do adimplemento integral do parcelamento	129
Art. 23.....	130
Art. 24.....	130

Art. 25	130
44. Mora e suspensão de prescrição	130
45. Certidões.....	132
CAPÍTULO X – OUTRAS DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA TRABALHISTA.....	132
Art. 26	132
Art. 27	132
46. Prorrogação de jornada de profissionais de saúde.....	133
46.1. Público afetado.....	133
46.2. Título autorizador	133
46.3. Prorrogação de jornada.....	133
46.4. Suplementação de jornada em intervalos interjornadas.....	134
46.5. Compensação ou pagamento como hora extra.....	135
Art. 28	135
47. Suspensão de prazos – Autos de infração trabalhista e de notificações de débito de FGTS....	135
48. Constitucionalidade	136
Art. 29	136
49. Covid-19 pode ser uma doença ocupacional.....	136
49.1. Regime jurídico da Previdência Social.....	137
49.2. Ambiguidade do texto e insegurança jurídica.....	139
50. Posição do STF e consequências práticas.....	140
50.1. Como se identifica a <i>ratio decidendi</i> em controle concentrado de constitucionalidade.....	141
50.2. Duas <i>rationes decidendi</i> e perspectivas futuras	147
50.3. Afinal, quando a Covid-19 pode ser uma doença ocupacional, e qual a dinâmica da prova	149
50.4. Direito intertemporal	151
Art. 30	151
51. Ultratividade unilateral de normas coletivas	151
51.1. Prazo e oportunidade	152
51.2. Constitucionalidade.....	152
Art. 31	153
52. Leniência temporária da fiscalização do trabalho	153
52.1. Posição do STF – ADI 6342	155
Art. 32	157
53. Aplicabilidade a temporários, terceirizados, rurais e domésticos.....	157
Art. 33.....	157
54. Inaplicabilidade das regras do teleatendimento e do telemarketing ao teletrabalho.....	158
CAPÍTULO XI – DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DO ABONO ANUAL EM 2020	159
Art. 34	159
Art. 35	159
55. Antecipação de pagamento do abono anual em 2020.....	159
55.1. Vedação à sobreposição de benefícios.....	160

CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES FINAIS	160
Art. 36	160
56. Aplicação retroativa – Convalidação	160
56.1. Hermenêutica sob o prisma legal – Interpretação sistemática e teleológica.....	161
56.2. Análise da constitucionalidade	162
56.3. Prognósticos a partir da denegação da cautelar pelo STF.....	165
Art. 37	167
57. Prorrogação de validade da certidão conjunta RFB/PGN	167
Art. 38	167
Art. 39.....	167

II

LEI 14.020/2020 (MP 936)

1. Introdução.....	171
2. Lacuna deixada pelo naufrágio do art. 18 da MP 927	171
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	172
Art. 1º.....	172
CAPÍTULO II – DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA	173
SEÇÃO I – DA INSTITUIÇÃO, DOS OBJETIVOS E DAS MEDIDAS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA	173
Art. 2º.....	173
3. Instituição e objetivos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	173
Art. 3º.....	174
Art. 4º.....	175
4. Medidas do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	175
5. Abrangência	176
6. Coordenação e transparência	177
SEÇÃO II – DO BENEFÍCIO EMERGENCIAL DE PRESERVAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA	178
Art. 5º.....	178
7. Natureza jurídica e custeio do benefício emergencial	180
8. Termo inicial, final e processamento	181
9. Mora em informar o Ministério da Economia	184
10. Não obstaculização do seguro-desemprego	184
11. Percepção indevida	185
12. Os Decretos 10.422, 10.470, e 10.517/2020 autorizariam suspensões e reduções sem benefício emergencial (<i>layoff</i> sem renda)?	186
Art. 6º.....	188
13. Base de cálculo	189
14. Valor do benefício	190
15. Não sujeição a carência	191
16. Excluições	191
17. Teto do benefício. Pluralidade de contratos	196
SEÇÃO III – DA REDUÇÃO PROPORCIONAL DE JORNADA DE TRABALHO E DE SALÁRIO	197
Art. 7º.....	197
18. Alterações no PLV	198

19. Prazo e prorrogação	198
20. Valor-hora e proporcionalidade.....	199
21. Hipóteses de redução de jornada e salário por acordo individual escrito	201
22. Percentuais de redução e retorno à jornada normal.....	203
23. Escopo da redução de salário e jornada, e considerações de isonomia	204
24. Possibilidade de complementação dos recolhimentos previdenciários como contribuinte facultativo.....	205
25. Fraude na instituição do programa.....	205
SEÇÃO IV – DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO.....	207
Art. 8º.....	207
26. Substituição do revogado art. 18 da MP 927	209
27. Limites temporais originais e prorrogação.....	210
28. Valor do benefício emergencial nos casos de suspensão contratual	211
29. Hipóteses de suspensão de contrato por acordo individual escrito	212
30. Escopo da suspensão de contrato e considerações de isonomia.....	213
31. Contribuição previdenciária – contribuinte facultativo	214
32. Manutenção dos benefícios concedidos pelo empregador.....	214
33. Retorno ao trabalho	215
34. Trabalho “por fora”. Fraude. Descaracterização da suspensão.....	216
SEÇÃO V – DAS DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS MEDIDAS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA	218
Art. 9º	218
35. Alterações efetuadas no PLV.....	219
36. Ajuda compensatória mensal e salário não se confundem	219
37. Valor da ajuda compensatória mensal.....	220
38. Verbas reflexas e obrigações patronais decorrentes, durante suspensão e redução proporcional	220
39. Natureza jurídica indenizatória.....	224
40. Benefício fiscal.....	226
Art. 10.....	227
41. Alterações efetuadas no PLV.....	228
42. Garantia de emprego e indenização escalonada	228
43. Base de cálculo da indenização tarifada	231
44. Gestante com contrato suspenso ou jornada e salário reduzidos – garantia de emprego.....	232
Art. 11	233
45. Alterações efetuadas no PLV.....	234
46. Negociação coletiva. Passível de adoção em todas as reduções e suspensões	234
47. Possibilidade de adoção de percentuais diversos de redução	234
48. Renegociação de normas coletivas anteriores (fora da data-base)	235
Art. 12.....	236
49. Solução de ambiguidades – acordo individual como alternativa à negociação coletiva	237
50. Hipóteses de redução de salário e jornada ou de suspensão contratual passíveis de celebração por acordo individual escrito.....	238

51. Aposentados: possível a redução ou suspensão por acordo individual desde que o empregador supra a falta do benefício emergencial	241
52. Pactuação do acordo individual escrito por meios eletrônicos	242
53. Aceite tácito de proposta escrita. Comportamento concludente	243
54. Multiplicidade de ajustes	245
55. Negociação coletiva diferida e comunicação obrigatória dos acordos individuais aos sindicatos	246
56. Efeitos da ausência de comunicação	247
57. Acordos individuais e efeitos da superveniência de convenção ou acordo coletivo de trabalho	248
Art. 13	249
58. Redução e suspensão em serviços essenciais	249
Art. 14	250
59. Sanções administrativas e expreso afastamento do critério da dupla visita	250
Art. 15	251
60. Contratos de trabalho de aprendizagem e de jornada parcial	251
Art. 16	251
61. Limite temporal para a aplicação combinada de suspensão de contrato e redução de jornada e salário	252
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS	252
Art. 17	252
62. Veto presidencial à ultratividade de norma coletivas durante a pandemia	253
63. Suspensão para programa de qualificação	253
64. Negociação coletiva – redução de prazos e comunicação eletrônica	255
65. Vedação à dispensa imotivada do empregado com deficiência	255
Art. 18	256
66. Benefício emergencial e contrato intermitente	257
Art. 19	259
67. Cumprimento de normas de segurança e saúde no trabalho.....	259
Art. 20	259
Art. 21	261
68. Detalhamento quanto aos recolhimentos previdenciários como contribuinte facultativo	261
Art. 22	262
69. Gestante com contrato suspenso ou jornada e salário reduzidos – salário-maternidade	262
Art. 23	263
70. Cancelamento do aviso prévio	263
Art. 24	264
71. Direito intertemporal.....	264
Art. 25	264
Art. 26	265
72. Repactuação de créditos consignados.....	266
Art. 27	266
Art. 28	266

Art. 29	266
Art. 30	266
73. Seguro-desemprego alternativo e ampliado. Incentivos fiscais. Vetos	266
74. Não configuração de <i>factum principis</i>	267
Art. 31	267
75. Acordo de cooperação técnica entre o INSS e empresas, sindicatos e entidades fechadas de previdência complementar	268
Art. 32	268
Art. 33	269
76. Participação nos lucros e desoneração da folha de pagamento	270
Art. 34	270
Art. 35	270
Art. 36	270
Art. 37	270
77. Outros vetos presidenciais	270
Art. 38	273
Art. 39	273
78. Constitucionalidade e ADI 6.363. Situação dos acordos individuais	273
79. Liminar na ADI 6.363/2020 em 6/4/2020	274
80. Embargos de declaração na ADI 6.363/2020 em 13/4/2020	275
81. Decisão Plenária cassando a liminar da ADI 6.363/2020 em 17/04/2020	276
82. Situação dos acordos individuais	278
83. Seria a decisão plenária na ADI 6.363 o prenúncio da erosão de garantias constitucionais trabalhistas?	279
84. Efeitos imediatos da cassação da cautelar	281
85. Identificação da ratio da decisão plenária na ADI 6.363 – acordos individuais para redução de salário e jornada	282
86. Risco de deturpação da <i>ratio</i> para erosão de direitos constitucionais?	285
87. Conclusões	289

III

LEI 14.043/2020 (MP 944)

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	293
Art. 1º	293
CAPÍTULO II – DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE SUPORTE A EMPREGOS	293
Art. 2º	293
Art. 3º	294
Art. 4º	296
1. Visão geral	296
2. Direcionamento exclusivo original a empresários e sociedades empresárias	297
3. Destinação exclusiva à folha de salários e, excepcionalmente, verbas rescisórias e FGTS pendentes – Vetos presidenciais	300

Direito Emergencial do Trabalho

4. Requisitos.....	302
5. Efeitos da despedida sem justa causa.....	303
5.1. Complicações competenciais para <i>enforcement</i> do vencimento antecipado da dívida.....	306
6. Exclusão de microempresas e empresas de maior porte.....	307
Art. 5º.....	308
7. Responsabilidades da União e das instituições financeiras.....	308
8. Repartição dos riscos de inadimplemento.....	309
Art. 6º.....	309
9. Prazo e condições do financiamento. Taxa de juros reduzida.....	309
Art. 7º.....	311
10. Certidões negativas – Flexibilização do rigor na análise de risco.....	311
Art. 8º.....	312
11. Cobrança pela instituição financeira.....	313
12. Leilão e extinção de créditos não recuperados.....	314
CAPÍTULO III – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DA UNIÃO PARA O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) E DA ATUAÇÃO DO BNDES COMO AGENTE FINANCEIRO DA UNIÃO.....	314
Art. 9º.....	314
13. Repasses de recursos públicos.....	315
Art. 10.....	315
14. Atuação do BNDES como agente financeiro da União.....	316
Art. 11.....	316
Art. 12.....	317
Art. 13.....	317
Art. 14.....	317
15. Proibição de ampliação da remuneração especial pelo risco.....	317
CAPÍTULO IV – DA REGULAÇÃO E DA SUPERVISÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE SUPORTE A EMPREGOS.....	318
Art. 15.....	318
Art. 16.....	318
16. Regulação e supervisão.....	318
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	319
Art. 17.....	319
Art. 18.....	319
Art. 19.....	319
Art. 20.....	320
Art. 21.....	320

IV**LEI 14.047/2020 (MP 945/2020)**

Art. 1º.....	323
1. Âmbito aplicativo.....	323
Art. 2º.....	324
2. Medidas de prevenção.....	325

Art. 3º	328
3. Indenização compensatória mensal. Funções e responsabilidade de pagamento.....	329
4. Indenização compensatória mensal. Natureza jurídica indenizatória.....	333
5. Indenização compensatória mensal. Exclusões do direito ao recebimento.....	334
Art. 4º	334
6. Substituição de trabalhadores grevistas.....	335
Art. 5º	336
Art. 6º	336
Art. 7º	336
Art. 8º	336
Art. 9º	337
Art. 10	338
Art. 11	338
Art. 12	338
Art. 13	341
Art. 14	341
Art. 15	341
Art. 16	342

V

MEDIDA PROVISÓRIA 946/2020

Art. 1º	345
CAPÍTULO I – DA TRANSFERÊNCIA PATRIMONIAL DO FUNDO PIS-PASEP PARA O FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	345
Art. 2º	345
1. Extinção do fundo PIS-PASEP. Constitucionalidade	346
2. Migração dos recursos do PIS para conta vinculada do FGTS.....	348
Art. 3º	349
Art. 4º	349
Art. 5º	350
3. Remuneração de depósitos e saques oriundos do PIS.....	350
CAPÍTULO II – DA AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SAQUES DE SALDOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO	351
Art. 6º	351
4. Saque emergencial do FGTS.....	352
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS	353
Art. 7º	353
Art. 8º	354
Art. 9º	354
Art. 10	354
Art. 11	354

VI
MEDIDA PROVISÓRIA 984/2020

Art. 1º	357
Art. 2º	357
Art. 3º	357
Art. 4º	357
1. Justificativa e visão geral	358
2. Direito de arena	359
3. Exclusão dos sindicatos	360
4. Responsabilidade de pagamento do direito de arena	361
5. Contratos mais curtos para atletas profissionais	362

VII
PORTARIA ME/SEPT 16.655/2020

PORTARIA Nº 16.655, DE 14 DE JULHO DE 2020

Art. 1º	365
Art. 2º	365
1. Recontratações a prazo indeterminado durante a pandemia	365
2. Condições de recontratação	368
3. Vigência e retroação	370
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	371